

# FILOSOFIA ANALÍTICA E HISTÓRIA DA FILOSOFIA: UM DEBATE A PARTIR DA HISTORIOGRAFIA DA FILOSOFIA MEDIEVAL

Gil Santos

Universidade Nova de Lisboa

( Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

---

## Abstract

Based on a controversial issue between Alain de Libera, Claude Panaccio and Pascal Engel I will examine some of the core theses discussed within the context of the historical-philosophical (*historical-theoretical reconstitution*) and analytical (*theoretical reconstruction*) approaches to the History of Philosophy. I discuss the philosophical presuppositions of both positions. I conclude (i) that, by principle, these two positions do not necessarily contradict each other (their tasks and goals, are not competition between themselves); and (ii) moreover, that these two approaches correspond to two distinct *levels of analysis*, that is, they constitute two moments of a gradual process of abstraction in the analysis of the same object: the history of philosophy.

## Keywords

history of philosophy, levels of analysis, reconstitution, reconstruction.

---

Uma análise das relações entre a Filosofia Analítica e a História da Filosofia (HF) pressupõe naturalmente uma série de questões prévias – como as relativas à própria concepção de Filosofia, de filosofia *analítica* e da própria racionalidade humana – que não podem ser, aqui, examinadas. Ao invés, considero o tema das relações entre a filosofia analítica e a HF a partir de uma controvérsia particular que envolveu Alain de Libera (historiador da filosofia medieval), Pascal Engel (filósofo analítico) e Claude Panaccio (historiador da filosofia medieval e filósofo analítico). Esse debate teve a sua origem na introdução da «abordagem analítica» na historiografia da filosofia medieval – consensualmente identificada com a publicação, em 1982, do *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy* – e, mais especificamente, no contexto da recepção da obra de Cl. Panaccio, *Les Mots, les Concepts et les Choses – La Sémantique de Guillaume d’Occam et le Nominalisme d’aujourd’hui*, publicada em 1991.

## 1. Posição do Problema

Panaccio explicita o princípio nuclear que orienta a sua investigação neste livro: ‘pôr certos aspectos do pensamento de Ockham em discussão com certos aspectos da filosofia analítica em filosofia da linguagem, da mente e em ontologia, contribuindo assim para a discussão de problemas filosóficos actuais’ (Panaccio, 1994: 173-183). Ora esta simples intenção teórica marca, desde logo, uma das diferenças mais básicas entre dois modos de lidar com a HF: a abordagem *histórico-filosófica* e a abordagem *analítica*. As objecções fundamentais de Libera a Panaccio resumem os termos do desacordo geral entre estes dois tipos de abordagem.

Em primeiro lugar: será possível extrair de um sistema filosófico do passado apenas *certos* aspectos (tal como Panaccio o fez, omitindo todo o conteúdo teológico da obra de Ockham), sem, assim, os descaracterizar? Em segundo lugar: será possível discutir, num mesmo registo, um filósofo de uma época já extinta e os nossos contemporâneos, sem ao mesmo tempo se cair num intolerável anacronismo? (Libera, 1992: 155-69). Este é o ponto de partida a partir do qual o se desenvolverá o presente debate<sup>1</sup>.

De acordo com Libera, a história da filosofia é uma disciplina científica que, pelo seu tipo de actividade, releva da história e que, pela natureza do seu objecto, releva da filosofia. Enquanto historiador da filosofia medieval, Libera define a sua posição como relativista, holista e descontinuísta, redefinindo a clássica perspectiva historiográfica da *História dos Problemas (Problemgeschichte)*, em termos de uma *História das redes temáticas, conceptuais e enunciativas* nas quais o pensamento filosófico encontra os seus objectos: problemas, teses e argumentos. A análise directa de problemas previamente isolados, dá lugar a um exame das *estruturas teóricas* que sustentam esses problemas e nos quais estes se encontram articulados.

De Roger G. Collingwood, Libera retira um conceito historiograficamente operativo – o conceito de «complexo constituído de questões e de respostas» (CQR). Cada CQR apresenta uma rede própria de conceitos, de esquemas, de argumentações que formam o horizonte teórico de uma discussão filosófica, constituindo-se como um «universo de discurso» e um «universo epistémico», em estreita relação com um conjunto de factores, como os decorrentes do contexto histórico-cultural, em geral, bem como das práticas pedagógicas, argumentativas e literárias vigentes, em particular (no caso da história da filosofia na Idade Média: as *disputationes*, as *questiones*, as glosas, os comentários, os tratados e as sùmulas, por exemplo) (Libera, 1999b: 479-484).

A consequência mais forte que se retira deste relativismo histórico é a tese do holismo semântico dos conceitos, alargado às teses e aos problemas filosóficos. Essa perspectiva pode ser assim fixada: uma tese só nos é *epistemicamente acessível* quando, tomada como resposta, ela é remetida à sua própria questão ou ao conjunto de questões (CQR) no qual, e face ao qual, essa tese foi criada. Do ponto de vista semântico, isto significa que o sentido de uma tese depende da questão face à qual ela procura ser, precisamente, uma resposta (Collingwood, 1944: 27; tb. 31 e 41; Libera, 1999a: 624)<sup>2</sup>. O historiador deve, assim, centrar a sua atenção, *não* em problemas previa-

<sup>1</sup> O problema não se situa, pois, relativamente à importância (ou não) da história da filosofia para a actividade filosófica ou para a inteligibilidade da própria concepção da racionalidade «filosófica», mas radica, antes, na questão da fundação, do valor e das relações (de dependência e de autonomia) entre os diferentes *modos de acesso* à HF. O próprio Panaccio observa que a ideia corrente de que todos os analíticos ignoram a (relevância da) HF é uma descrição caricatural que parece esquecer autores como B. Russell, J. Austin, J.L. Ackrill, J. Barnes, J. Bennett, P. Strawson, W. Sellars, J. Hintikka (Panaccio, 1999b: 5-6). Segundo Kevin Mulligan, foi sobretudo “a atitude *melodramática* adoptada pelo Círculo de Viena, a propósito da história da filosofia”, que teria introduzido uma ruptura entre filosofia e história da filosofia na tradição analítica (Mulligan, 1997: 62).

<sup>2</sup> Cf. Collingwood, 1944: 24-33. No IV capítulo, o autor apresenta a sua «lógica de questões e respostas» como um modelo mais apropriado que a «lógica proposicional» para o trabalho em HF. Uma proposição (uma tese, p.ex.) não é, em si mesma, porvida ou desporvida de sentido, nem verdadeira ou falsa. Isso só pode ser determinado tendo em conta a questão (ou o conjunto de questões) face à qual essa proposição procura ser, precisamente, uma resposta.

mente isolados como puras idealidades, mas sobre esses CQR nos quais se formam os problemas, as teses, os conceitos e os argumentos.

Esta primeira divergência de posições permite antecipar, desde já, uma apresentação esquemática dos diferentes fins que procuram cumprir, respectivamente, as abordagens *histórico-filosófica e analítica* da HF<sup>3</sup>.

Por um lado, temos a *reconstituição histórico-teórica* de problemas, teorias e teses. Neste tipo de abordagem, importa sobretudo perceber a génese histórica e teórica das teses e dos problemas, de modo a apreender o seu significado para os próprios autores e para o desenvolvimento teórico e conceptual da filosofia. Para tal, o investigador deve atender ao contexto de produção das obras, aos debates no seio dos quais elas tiveram lugar, aos factores teóricos (internos e externos) que concorreram para a emergência de uma dada teoria, argumento ou problema, às condicionantes socio-culturais, e ao estado de evolução das ciências, e do saber em geral, no período histórico em causa. Segundo Libera, este método de reconstituição consiste, essencialmente, numa investigação de tipo «arqueológico»<sup>4</sup>. Esse método situa-se, assim, ao nível da historiografia filosófica, que corresponde, *grosso modo*, à conhecida máxima de Quentin Skinner:

“*No agent can eventually be said to have meant or done something which he could never be brought to accept as a correct description of what he had meant or done*” (Skinner, 1969: 28)<sup>5</sup>.

Por outro lado, o método da *reconstrução teórica* (tal como ele é acolhido pela tradição analítica) encara e promove o acesso à HF, não tanto no sentido de a interpretar ou descrever de um modo diverso e próprio, mas no sentido de reformular, traduzir, num idioma filosófico contemporâneo, teses e doutrinas do passado, sendo, assim, possível integrá-las de pleno direito na actividade filosófica contemporânea, procedendo à sua discussão, crítica e avaliação. O método de reconstrução trabalha, deste modo, com base na *autonomização do significado* filosófico das teses, dos argumentos e dos problemas face contextos teórico e histórico em que estes foram criados.

## 2. Argumentos e Pressupostos Filosóficos

2.1. É o aparente radicalismo das teses holística, relativista e descontinuista de Libera que Engel e Panaccio irão, sobretudo, criticar. De acordo com Libera, o pressuposto que está realmente na base da discordância entre as duas abordagens parece ser a ilusão de uma “continuidade fenoménica do mundo”, que nos leva “a acreditar que os Antigos *viam* o mundo como nós o vemos” (Libera, 1992: 161). Engel denuncia neste modo de argumentar uma falsa pressuposição. Não é pelo facto de os homens não darem o mesmo sentido a certas noções que eles têm de lhes atribuir necessariamente uma referência distinta. De outro modo, seria impossível todo o diálogo científico e filosófico (Engel, 1997a: 190-91).

Ora o mundo físico parece ser relativamente estável desde a Antiguidade, existindo uma continuidade espacio-temporal efectiva entre o meio físico dos medievais e o nosso. Por isso a questão não se deverá pôr tanto em termos de uma continuidade *fenoménica* do mundo – i.e., no modo

<sup>3</sup> Esta classificação retoma, com algumas diferenças significativas, a análise dos «quatro tipos de historiografia da filosofia» desenvolvida por Rorty (1984: 49-75). Esta classificação viria a ser retomada por Panaccio, com ligeiras precisões (1994: 174-75; e 1999b: 7-9). Não discuto, aqui, as versões «doxográfica» e «teleológica» da historiografia filosófica – também caracterizadas por Rorty.

<sup>4</sup> Exemplos notáveis deste tipo de trabalho de *reconstituição histórico-teórica* de um dado tema ou problemática são as mais recentes obras de Alain de Libera, *La Querelle des Universaux – de Platon à la fin du Moyen Âge* (1996), *L'Art des Généralités – Théories de l'Abstraction* (1999a) e *La Référence Vide – Théories de la Proposition* (2002).

<sup>5</sup> Na interpretação insuspeita de Panaccio, esta «máxima» não significa que o trabalho do historiador da filosofia se limite (ou que deva limitar-se) à natureza de uma longa paráfrase, mas antes que a nossa consideração das palavras de um filósofo do passado não deve depender do uso de *critérios* de descrição e de classificação que não fossem, em princípio, acessíveis ao autor em questão (Panaccio, 1999b: 8).

como os antigos e nós *vemos* o mundo –, mas na sua continuidade *real*. Essa estabilidade relativa do mundo, parece também estender-se às próprias dimensões biológica e cognitiva humanas mais básicas. Há, de facto, segundo Panaccio, uma certa estabilidade da nossa fisiologia geral, das nossas disposições cognitivas, e até da estrutura sintáctico-semântica das nossas línguas – no caso, a do indo-europeu (Panaccio, 1994: 188; Engel, 1997a: 191).

2.2. Acresce que uma das teses mais fortes que é chamada a justificar o método da reconstrução teórica (e que vem responder, aliás, às versões mais radicais da teoria da incomensurabilidade) é a existência de normas cognitivas mínimas, ou de “certos princípios mínimos de racionalidade” que os homens partilham entre si ao longo de toda a sua história (Engel, 1997b: 146-7). A própria *compreensão* de um outro agente – i.e., a possibilidade de lhe atribuir correctamente atitudes proposicionais (como crenças, desejos, intenções) – implica que o concebamos como um ser minimamente racional.

O mesmo se passa na abordagem de uma obra ou de uma tese – para as interpretar é necessário «levá-las a sério», i.e, reconhecer que o seu autor terá querido dizer algo verdadeiro num discurso minimamente racional. Em suma: é necessário aplicar-lhe um ‘princípio de caridade’ que na sua aceção mais ampla nos leva a privilegiar, entre as mais diversas interpretações possíveis do discurso, aquelas que lhe maximizam a verdade e a coerência. E isto requer do intérprete que recorra a normas de racionalidade que ele próprio aceita. Ora dentre estas ‘normas cognitivas mínimas’ (ou princípios mínimos de racionalidade) está, precisamente, a ideia de que a generalidade dos filósofos, em todos os tempos, procuraram dizer o verdadeiro. Para isto, basta admitir certas convenções mínimas como as explicitadas por Tarski: *afirmar* que *p* obriga a aceitar que *p* é *verdadeira*, e vice-versa (Panaccio, 1999b: 12-13)<sup>6</sup>.

Nesta ordem de ideias, torna-se lícito admitir que as teses filosóficas, mesmo de um passado distante, foram defendidas num pensamento e em discursos racional e cognitivamente próximos dos nossos. E assim sendo, parece razoável admitir que as teses e os problemas filosóficos, na história, “versam, na grande maioria dos casos, sobre certos aspectos estáveis do mundo, da linguagem e do pensamento” (Panaccio, 1991: 17). Por essa mesma ordem de razões, podemos, assim, confrontar problemas e teses, apesar dos séculos que, por vezes, os separam (Panaccio, 1994: 186).

2.3. Sucede, porém, que uma das teses que decorre desta estabilidade – ainda que *relativa* – do mundo (físico) e do sujeito (cognitivo) é a tese que defende a permanência dos problemas filosóficos. Esta é, porém, uma tese liminarmente rejeitada por Libera. O seu trabalho de historiador leva-o a afirmar que as mesmas palavras não designam sempre as mesmas coisas ou, ainda, que a recorrência de nomes de «problemas» não faz a permanência das mesmas problemáticas (Libera, 1996: 454).

A concepção oposta radica – segundo Collingwood e Libera – num modelo realista fundado numa teoria dos universais – a teoria da «semelhança» (*ressemblance-theory*). No caso, a «semelhança» do universal «o problema *P*», face à qual a «diferença» é a diferença entre duas ou mais exemplificações desse universal. A própria teoria filosófica dos universais pode servir de exemplo. Para o relativista histórico, não existe nada como «o Problema dos Universais» *P*, que teria sido diversamente exemplificado em «o problema dos universais em Aristóteles (P1)», «o problema dos universais em Abelardo (P3)»; «o problema dos universais em Ockham (P7)», «o problema dos universais em Russell (P46)», etc. Como afirma Collingwood, “o que se crê ser um problema permanente *P*, é na realidade um certo número de problemas transitórios *p*<sub>1</sub>, *p*<sub>2</sub>, *p*<sub>3</sub>..., cujas particularidades históricas são confundidas pela miopia histórica daquele que os assimila sob o nome *P*” (Collingwood, 1944: 50).

<sup>6</sup> Ou, seguindo Engel, é necessário reconhecer certos ‘compromissos cognitivos’ no uso de conceitos cognitivos como os de crença ou de conhecimento. Por exemplo, o conceito de crença pressupõe, pelo menos, dois compromissos desse tipo: o *compromisso de verdade* (é impossível asserir que *p* e não crer que *p* é verdadeiro); assim como crer em algo pressupõe que estamos prontos a admitir a existência de alguma *justificação* (Engel, 1999: 9-11).

Isto quer dizer que quando saímos do quadro conceptual de cada um dos problemas transitórios, passamos a falar efectivamente de outra coisa, “e que os esforços para ressuscitar o eterno problema P, dando-lhe esse nome, são efectivamente esforços para *um outro* problema – muito simplesmente, porque nem  $p_1$ , nem  $p_2$ , nem  $p_3$  foram, no passado, exemplificações de P. Eles são produtos de CQR transitórios, que ao longo de um certo processo histórico-teórico se transformaram em outra coisa – em outros problemas (Libera, 1999b: 487-8). Quer isto, porém, dizer que o «problema dos universais» apenas existiu, como tal, na filosofia medieval?

Libera responde a essa crítica de Engel: “Eu não quis dizer que depois da Idade Média não existiu mais o problema dos universais, tese que Engel me atribuiu. Ao invés, o que eu quis efectivamente dizer foi que os esforços contemporâneos para ressuscitar o problema, dando-lhe *esse* nome, não ressuscitaram *esse* problema medieval, que eles «falavam», na maior parte do tempo, de outra coisa, e que estavam «orientados, na sua grande maioria, para outros problemas” (Libera, 1999a: 634).

Engel concorda, de uma forma geral, com o holismo das teses e dos problemas decorrente do holismo semântico-conceptual. Como Engel observa, seria absurdo sustentar, por exemplo, que o problema do espírito e do corpo é independente de outras questões em Descartes, ou que esse problema tem exactamente o mesmo sentido em Descartes e em Aristóteles. Porém, daqui não se segue – contrariamente ao que sustenta Collingwood e Libera – que não se possa falar de um problema *mais ou menos* semelhante nos dois filósofos, nem que se possa legitimamente isolá-lo para comparar as teses dos dois autores. Em suma: a concordância com o holismo em geral não implica a ilegitimidade de todo e qualquer esforço posterior do ponto de vista atomista. Esse holismo *radical* conduziria, designadamente, à negação da própria ideia de progresso em filosofia (Engel, 1997a: 189-90).

### 3. Implicações e Consequências – Níveis de análise

Seja como for, esta controvérsia acerca das abordagens histórico-teórica e «puramente» filosófica da HF cai, frequentemente, no problema da própria formulação e equação dos termos em disputa. Algo que acaba por condenar esse tipo de debate a um autêntico diálogo aporético. Em meu entender, o problema da relação entre estes diferentes tipos de abordagem radica, *sobretudo*, numa demarcação de competências disciplinares, a qual se funda, por sua vez, na existência de dois *níveis distintos de análise* sobre esse «objecto» que é a história da filosofia.

Uma das virtudes desta controvérsia entre Libera, Panaccio e Engel é, precisamente, a de ajudar a esclarecer esse ponto. Só assim se pode compreender que Libera acuse de ser *realista* a tese que afirma uma semelhança entre dois problemas de épocas distintas, ao mesmo tempo que Libera admite a legitimidade do filósofo (e *não* do historiador) em trabalhar com base nessa mesma «semelhança». Com efeito, Libera não nega que seja lícito discutir *separadamente* uma tese ou um argumento – “os filósofos não fizeram outra coisa ao longo da história”. Mais: Libera admite a existência de um suficiente grau de «semelhança» entre certos problemas acolhidos por autores de períodos históricos diferentes que permite «isolá-los» e «compará-los» – os historiadores da filosofia também não fizeram outra coisa.

A dificuldade desta questão prende-se, desde logo, com a própria indefinição das noções de «questão» e «problema» (e as de «problemática» ou «problematização», etc.). Podem elas (em que contexto, e quais) ser usadas sinonimicamente? Existe entre elas uma relação semântica hierárquica? Qual? Seja como for, não parece razoável admitir a existência de problemas permanentes se pensarmos na noção de problema como algo *estático* – como algo (um significado) que se limite, exclusivamente, ao seu próprio contexto de enunciação.

Mas um problema transforma-se no tempo, tem (digamos assim) a sua própria *história interna*, podendo assumir diferentes formulações, enquadramentos, contextualizações. E parece possível identificar a permanência de *certos* problemas na história da filosofia, zonas de intersecção mútua

de diferentes problematizações, que, justamente por serem utilizados e retomados ao longo da história, são susceptíveis de *polarizar* continuamente novos elementos teóricos e problematizantes de diferentes contextos e épocas (como, p. ex., os que derivam da evolução interactiva da história das ciências e da filosofia). Ora isto não implica sustentar que os problemas filosóficos são necessariamente eternos ou em número limitado; mas apenas que *certos* problemas – através da história da filosofia – vêm perdurando, reincidindo, sendo ciclicamente retomados. Não bastará, assim, alertar para «o perigo do realismo», como o faz Libera<sup>7</sup> – muito embora seja real o problema de confundir, precipitadamente, traduzindo e reduzindo, sem mediações, todo o passado à luz do presente, homogeneizando, desse modo, o que pode ser realmente heterogêneo.

3.1. Segundo Libera, é sempre possível discutir os conceitos, teses e problemas isoladamente – p. ex.: é possível analisar, em si mesma, uma tese semântica de Ockham, abstraído-se as relações intra-doutrinárias que ela mantém com certos aspectos da sua teoria teológica. O problema é que tal procedimento não nos conduz à compreensão do sentido dessa tese *para o seu autor* (Libera, 1999a: 630 n. 24): “Antes de extrair uma tese de um *corpus*, de a subtrair, de a traduzir ou retraduzir, em suma, de a *isolar* e de a *discutir* nos termos de uma qualquer teoria moderna, é necessário assegurarmos-nos de que compreendemos do que é que fala exactamente essa teoria” (Libera, 1999a: 624). O *sentido* constitui-se, assim, como condição de possibilidade e como um plano prévio ao da verdade.

Posto isto, nada interdita a prática atomista. Essa “possibilidade funda a própria possibilidade da história e da ciência que a toma como objecto” (Libera, 1999a: 634). O problema coloca-se, então, nos critérios a seguir no processo de abstrair uma dada tese, argumento ou problema do contexto histórico-teórico em que eles emergiram. Panaccio propõe explicitamente um princípio regulador dessa atomização: ‘uma dada tese (argumento, problema, etc.) é separável de tudo aquilo que ela mesma não implica logicamente’.

A relação de *implicação* lógica contrapõe-se, aqui, às conexões de *motivação* psicológica ou teórica. Por exemplo: a solução ockhamiana do paradoxo do Mentiroso explora uma parte da teoria semântica da *suppositio*.

Por outro lado, as principais teses da teoria ockhamiana da significação e da referência não implicam logicamente nenhuma das suas teses teológicas, e elas são assim susceptíveis de ser isoladas. Não obstante, sabemos que a teoria da onipotência divina serve a Ockham de motivação para a elaboração da sua teoria semântica – mais concretamente, uma das grandes motivações do nominalismo ockhamiano encontra-se na decisão, propriamente teológica, de deixar à onipotência divina a margem de manobra mais ampla possível e, assim, de a não limitar pela imposição de entidades abstractas e intemporais que seriam os universais. Ora é um facto irrecusável que podemos aderir a certas teses semânticas de Ockham sem que nos sintamos comprometidos com a sua teologia (Panaccio, 1994: 182-85).

3.2. Ao historiador não cumpre, porém, *avaliar* uma tese de um CQR – i.e., *julgar a sua verdade ou falsidade* – por referência a um outro CQR (Libera, 1999b: 492)<sup>8</sup>. Ou melhor: isso pode-o fazer o filósofo, *não o historiador* – “ao historiador cabe-lhe isolar e descrever os CQR. Ao filósofo cabe-lhe enunciar e validar, enquanto tais, as questões que julgar pertinentes – e resolvê-las” (Libera, 1999a: 634, n.27). O historiador deve aderir ao holismo dos problemas, das teses e dos conceitos, porque o seu objectivo não é o de avaliar teses filosóficas fora do seu contexto, mas sim o de determinar, em primeiro lugar, o que faz delas *teses* – i.e., proposições com sentido, estabelecidas como hipóteses de resposta a um dado conjunto de problemas e de questões (Libera, 1999a: 621-22).

<sup>7</sup> A este respeito, cf. Passmore, 1972: 228.

<sup>8</sup> Curiosamente, Libera afasta-se, aqui, de Collingwood, segundo o qual a distinção radical entre filosofia e história da filosofia (ou entre «questões históricas» e «questões filosóficas») teria sido, precisamente, um dos erros do «realismo». Essa distinção pressuporia a permanência dos problemas filosóficos... Cf. Collingwood, 1944: 44 e 49-50.

Ora esta tese não implica a não existência de «verdades filosóficas». Ela apenas significa que, para declarar «verdadeira» a proposição  $p$  de um filósofo medieval (Avicena, p. ex.), o leitor deve saber, em primeiro lugar, em que medida essa proposição  $p$  é porvida ou desporvida de sentido. Algo que só pode ser verdadeiramente decidido se soubermos a que questão Avicena entendia efectivamente responder quando enunciou  $p$  (Libera, 1999b: 486-7). Nesta ordem de ideias, o método da ‘reconstituição histórico-teórica’ apresenta-se como uma etapa anterior, e preliminar, ao método da ‘reconstrução teórica’.

**3.3. A HF não bloqueia**, por conseguinte, abordagens ulteriores de diferentes propósitos (sejam estas inspiradas pela abordagem analítica, ou por qualquer outra): “os filósofos devem fazer filosofia; os historiadores da filosofia devem fazer história da filosofia. Eles podem encontrar-se, se o quiserem, e colaborar, se o julgarem útil”. Como afirma Libera, o seu relativismo metodológico “não tem como objectivo reduzir a filosofia à história da filosofia. Ele não tem também como consequência enclausurar a actividade filosófica em esquemas conceptuais incomensuráveis de uma época para outra. A sua única ambição é fornecer uma base e um método *particulares e próprios* para o trabalho do historiador da filosofia” (Libera, 1999b: 493).

Libera tem, ainda, oportunidade de estabelecer uma interessante (e particularmente reveladora) analogia entre os *pontos de vista* do «puro filósofo» e do «filósofo historiador da filosofia», por um lado, e os pontos de vista do lógico «fregeano» e do epistemólogo, por outro. Aos primeiros interessa-lhes sobretudo os «pensamentos», em si mesmos, a sua definição, a forma pela qual podemos inferir uns a partir de outros, a sua justificação, a sua validade, etc.; ao passo que para os segundos, importa essencialmente compreender o próprio *acto de pensar*: como é que o pensamento, o acto de apreender os pensamentos, encontra os seus objectos? Qual a origem dos nossos pensamentos? Como os encontramos para os tornar questões nossas? (Libera, 2002: 19-21).

Mas aqui nada parece opôr Libera a Panaccio. Este último prontamente o concede relativamente à sua investigação em torno de Ockham e do nominalismo contemporâneo. À questão levantada por Libera – como será legítimo isolar de um conjunto doutrinal, historicamente situado, apenas certos fragmentos? – responde Panaccio: tudo depende dos objectivos a que nos propomos, e o “meu não era o de fazer a *história* da filosofia medieval, nem de uma das suas partes. Se tal tivesse sido a minha intenção, teria sido bastante absurdo” – nos termos do próprio Panaccio, a investigação que tentou levar a cabo foi “puramente filosófica” (Panaccio, 1994: 182-183).

#### 4. Reconstituição vs. Reconstrução – fidelidade e pertinência

Estes métodos são, por conseguinte, distintos, mas – e este é o ponto – não totalmente divorciados. Por uma razão muito simples. Assim como é possível reconstruir e traduzir, também é possível reconhecer os limites de tais operações. Como afirma Engel, a abstracção e o isolamento de teses face aos seus diversos contextos é possível, mas “devemos fazê-lo com uma grande prudência, e uma informação histórica variada” (Engel, 1997a: 193).

O método da reconstrução teórica implica, assim, certos riscos inerentes à persecução dos seus próprios objectivos trans ou an-históricos – riscos de anacronismo, ou de um (ab)uso de semelhanças superficiais susceptíveis de edificar, a sua própria análise, na ficção de uma «história fantasma» (a expressão é de Panaccio). Perigos esses, justamente assinalados por Pan-

<sup>9</sup> Ou ainda por J. Barnes, só para dar mais um exemplo recente. Na sua «Introdução» ao *The Cambridge Companion to Aristotle* (ed. by J. Barnes, Cambridge Univ. Press, 1995), Jonathan Barnes define claramente o tipo de abordagem aí prosseguida em torno da filosofia de Aristóteles (“from our point of view and not from the point of view of their author and of his contemporaries”), observando ainda que essa análise filosófica coincide com a análise filosófica analítica – “the term «philosophy», so far as the *Companion* is concerned, refers to what is sometimes called the analytical tradition of philosophy”), ao mesmo tempo que reconhece, justamente, “the evident dangers in such enterprise – we may miss connections which were plain to Aristotle, and the modern idiom may disguise his original mode of thought” (*idem*, pp. ix-x).

accio e Engel<sup>9</sup>. Será porventura inevitável sucumbir a tais riscos? Panaccio recusa-o. Mas para que tal possa ser sustentado, é necessário saber legitimar esse trabalho de reconstrução teórica, investindo-o de condições epistemológicas mínimas que garantam uma fidelidade mínima ao reconstruído, ao analisado.

Afastada a sustentabilidade das teses da incomensurabilidade radical, Panaccio afirma que o método da *reconstrução teórica* deve “submeter-se” sempre a um constrangimento de fidelidade – i.e., de «não traição» (a expressão é, ainda, de Panaccio) – ao analisado.

Cumpra, assim, determinar certas «condições gerais de sucesso ou adequação». Dois enunciados – por mais afastados que estejam no tempo – podem, na prática, ser encarados como *semanticamente equivalentes* se os seus sujeitos são co-extensivos e se os seus predicados têm, aproximadamente, as mesmas condições de verdade. Porém, em HF, a semântica das condições de verdade não é, manifestamente, suficiente. É necessário identificar equivalências semânticas mais finas, como as que se referem às extensões e aos sentidos dos termos empregues, às estruturas internas das frases, e às relações lógicas que ligam as teses consideradas em cada um dos dois textos (Panaccio, 1994: 179-80). Esta equivalência semântica permite igualmente garantir o valor epistémico da *oratio obliqua*, discurso prototípico em HF: «A disse que *p*», «O que disse A implica *p*, *q*, *r*», etc. (Panaccio, 1994: 188-89)<sup>10</sup>.

Ora é difícil não ver que esta análise semântica da linguagem nos obriga a levar em linha de conta o contexto histórico e teórico em que um dado discurso filosófico emergiu (mesmo tendo em conta, exclusivamente, a terminologia filosófica disponível e acolhida, os múltiplos significados ou acepções que os diferentes termos detinham no período em causa, e o uso particular que deles foi feito por um dado filósofo, num dado texto).

Contudo, segundo Panaccio, a forma precisa de equivalência semântica em nome da qual se avalia uma dada reconstrução teórica deve depender, em última análise, dos objectivos fixados pelo reconstructor. É neste ponto que intervém o princípio da pertinência. Os critérios de adequação variam de acordo com os objectivos fixados por cada investigação. Mais concretamente, a reconstrução deve saber mostrar como as teses antigas escolhidas são, segundo os *nostros critérios*, respostas racionais a problemas filosoficamente interessantes. Encontramos aqui o famoso princípio de caridade, e ele implica a subordinação relativa dos contrangimentos de fidelidade aos contrangimentos de pertinência. Subordinação, sim, mas não a supressão – “por mais pluralistas que sejamos” (Panaccio, 1994: 180).

Deste modo, o trabalho filosófico de reconstrução teórica *pressupõe* o nível de análise histórico-teórica reconstitutiva. E Panaccio observa, aliás, neste sentido, que as abordagens histórico-filosófica e reconstitutiva são, não apenas abordagens igualmente legítimas da HF, mas, na prática, quase sempre complementares. A questão coloca-se, portanto, em saber «como doseá-las» – o mesmo é dizer, como equilibrar os princípios de fidelidade e de pertinência. Mas isso é algo que só pode ser determinado em função do tipo de tarefa e de objectivos assumidos por cada investigação (Panaccio, 1999: 9-10). A reconstrução e a análise «puramente» filosófica em HF encontram-se, deste modo, legitimadas. E faz, pois, sentido em falar-se de uma abordagem de tipo analítico em HF – não, porém, no sentido em que ela procura um modo diferente de refazer a história da filosofia, de descrever e interpretar, de uma forma diversa, os *processos de desenvolvimento da*

<sup>10</sup> Libera admite também esta continuidade semântica (cf. Libera, 1999a: 622-23). A tese de Quine sobre a inescrutabilidade da referência não constitui um problema específico à tarefa do historiador. Com efeito, «the inscrutability of reference can be brought even closer to home than the neighbor's case; we can apply it to ourselves» (Quine, “Ontological relativity”, in *Ontological Relativity and Other Essays*, N.Y., Colombia Univ. Press, 1969, p. 47; tb. pp. 26-28 cit. in Panaccio, 1994: 191-92). Seja como for, para Panaccio, o valor aproximativo será sempre *suficiente* para tornar lícito o tipo de confrontos que a abordagem «analítica» propõe.



*filosofia ao longo da sua história*, mas no sentido em que ela constitui um modo diferente de aceder ao passado filosófico, para dialogar com esse passado, no *processo de fazer filosofia*.

À reconstituição histórico-teórica caberá o papel de reconstituir os diversos CQR da filosofia do passado, tornando, assim, inteligíveis (para os CQR do presente) as teses, argumentos e problemas da história da filosofia. O problema essencial, na óptica desta abordagem, é o da *inteligibilidade da própria história da filosofia* – i.e., da(s) filosofia(s) do passado, bem como dos problemas e das teses formuladas.

A abordagem que promove a reconstrução teórica procura, ao invés, certas teses, argumentos ou problemas, na estrita medida em que estes sejam *susceptíveis* de ser directamente utilizados para o próprio desenvolvimento da actividade filosófica actual. Daí o carácter *altamente selectivo* que os trabalhos históricos deste tipo de abordagem geralmente assumem – uma vez que a perspectiva historiográfica assumida é explicitamente controlada pelos interesses da filosofia contemporânea, ou, mais propriamente, pelos interesses particulares de uma certa corrente filosófica contemporânea. O *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy* é disso um bom exemplo:

“*the contributors have devoted relatively little attention to theological issues, even to the philosophically outstanding medieval achievement in rational (or natural) theology, for that side of medieval thought has not been neglected. And because the areas of concentration in contemporary philosophical scholarship on medieval thought naturally reflect the emphases in contemporary philosophy, our editorial strategy has led to a concentration on those parts of later medieval philosophy that are most readily recognisable as philosophical to a student of twentieth-century philosophy*”. Mais concretamente, este trabalho procura combinar “*the highest standards of medieval scholarship with a respect for insights and interests of contemporary philosophers, particularly those working in the analytical tradition*” [Kretzmann et al. (ed.), 1982: 3].

4.1. Nesta ordem de ideias, cada caso deve ser avaliado em si mesmo, em função dos *objectivos* que cada investigação assume para si, e, face a essa escolha, em função da relação de equilíbrio mantida entre os critérios de fidelidade e de pertinência, mas também (e este é um importante aspecto não explorado na presente controvérsia) em função do próprio objecto filosófico especificamente visado – *que* tema, tese ou problema? Não se reconhecerá, certamente, o *mesmo grau* de (in)dependência contextual a um tema ou a uma questão do domínio da antropologia, da lógica, da ontologia, ou da filosofia política. Em todo o caso, como procurei mostrar, os dois métodos de abordagem aqui tratados são diferentes *modos de acesso* à HF, correspondendo a diferentes *níveis de análise*. Constituem-se, com os seus métodos próprios, como duas *formas distintas de lidar com a HF*, em diferentes *graus de abstracção* da Filosofia face à sua história. Daí que eles não sejam abordagens concorrentes ou em oposição – justamente porque, incidindo sobre o mesmo objecto, elas não respondem às mesmas ordens de motivação e de objectivos. Por essa mesma razão, elas não são também reduzíveis entre si, podendo, ao invés, coexistir e complementar-se, em graus diversos, partindo da convicção que a HF pode contribuir para a actividade filosofia contemporânea.

Esses dois tipos de abordagem encontram-se – em maior, ou menor grau – interligados como elos num processo de continuidade e de descontinuidade. E como a natureza do analisado para o qual essa fidelidade (ou adequação) em última análise remete, não é um dado imediato, mas algo permanentemente conquistado pelo trabalho de «arqueologia» da historiografia filosófica de textos e dos seus contextos, a tarefa da disciplina da HF é, ela mesma, irrecusável, na medida em que se encontra já implicada e pressuposta nas próprias condições de legitimidade da reconstrução teórica. A autonomia da filosofia em relação à HF é, por essa via, sempre relativa a um determinado grau de abstracção dos conteúdos filosóficos (teses, problemas, teorias, argumentos) face à natureza dos contextos histórico-teóricos concretos, no seio dos quais esses conteúdos emergiram, se estruturaram e desenvolveram, até se constituírem naquilo que eles são *hoje e para nós*.

Por um *movimento gradual de abstracção*, o holismo pode dar, assim, lugar ao atomismo; o nível semântico da compreensão pode conduzir ao exame de uma tese ou de uma doutrina numa perspectiva crítica e alética; e a abordagem histórico-filosófica pode dar lugar a uma abordagem «puramente» filosófica.

O significado teórico de uma tese ou de um problema *não é* algo *imediatamente* acessível e *independente* do seu contexto de formulação – factores intra-sistemáticos ao corpo doutrinário no qual uma dada tese ou problema emergiu, ou factores extra-sistemáticos, como os decorrentes de respostas a posições ou problemas contemporâneos e passados, por exemplo. Nesta ordem de ideias, a reconstrução teórica (a *tradução* de uma dada tese em termos contemporâneos; a sua *transferência* para o quadro referencial de uma nova filosofia ou de um novo tipo de abordagem), pressupõe sempre a compreensão dessa mesma tese ou problema à luz mais ampla das condições históricas e teóricas da sua própria formulação – i.e., implica necessariamente uma certa reconstituição histórico-teórica (mesmo que esta não seja explicitamente abordada).

Reconstituição e reconstrução são, assim, níveis hierarquicamente interligados no mesmo processo de acesso filosófico à história da filosofia. Termos, não obstante, relativos, uma vez que não há qualquer reconstituição que não comporte uma certa reconstrução, tal como não existe reconstrução que não implique já (mesmo que a título de pressuposto não explicitado) uma certa compreensão do objecto de reconstrução. A reconstituição histórico-teórica apresenta-se como um meio de garantir um maior esforço de compreensão e de inteligibilidade da Filosofia na sua própria história.

## 5. Um Exemplo: *do logos endiathetos à oratio mentalis e à language of thought*

Vale a pena insistir. Por diferentes que sejam os seus objectivos, estas duas abordagens não se contradizem. Aliás, estes dois tipos de abordagem da HF podem, inclusivamente, solidarizar-se numa mesma investigação. Um dos melhores exemplos desse tipo de trabalho é a análise do tema do «discurso mental» na filosofia medieval, em *Le Discours Intérieur*, do filósofo analítico e historiador da filosofia medieval, Claude Panaccio. Essa análise mostra como reconstituição e reconstrução são dialecticamente produtivas.

O propósito desta obra é o de reconstituir («retracer») a *história* do tema do discurso mental, nas investigações e nas discussões medievais, que conduziram à sistematização, por Ockham, da noção de discurso mental, como uma discursividade análoga à da estrutura discursiva da linguagem verbal. Duas motivações guiaram a pesquisa de Panaccio. Por um lado, procura-se averiguar se esses debates medievais – frequentemente instalados num contexto teológico – têm alguma relação com a problemática da «linguagem do pensamento» e, simultaneamente, se será possível revelar novas vias de pesquisa para a reequação da teoria da *language of thought* de Jerry Fodor, bem como, para a problemática (agitada, nos nossos dias, no seio da reflexão das ciências cognitivas) relativa à concepção do «conceito» ou do «objecto intencional». Por outro lado, contribuir para uma reavaliação do *lugar de Ockham na própria história da filosofia medieval* tardia e do impacto da sua obra nos seus contemporâneos e sucessores.

Panaccio identifica duas *tradições* na filosofia medieval do *logos* que se reflectirão na tematização do discurso interior: uma de natureza teológica, a outra, propriamente filosófica, que remonta a Platão e a Aristóteles (Panaccio, 1999a: 13-15 e 145-149).

O desenvolvimento desta tradição filosófica na análise do discurso mental associou-se às investigações dos domínios da lógica, da semiologia e da psicologia, vindo a encontrar o seu apogeu na obra de Ockham. Neste autor podemos encontrar as interpretações mais sistemáticas e mais bem elaboradas da *intentio* como *entidade semântica*, bem como da teoria *proposicional* da linguagem mental. Da sua análise, Panaccio lança uma hipótese de trabalho para a actual filosofia contem-

porânea. Para Duns Scot e seus sucessores, tal como para Ockham, o conceito é um *acto mental*, mais do que um *objecto* «contemplado» pelo intelecto. Ora existe aí uma sugestão preciosa que terá sido esquecida na época de Descartes, Hobbes ou Locke; e se as aporias do objecto intencional perseguem ainda nos nossos dias a filosofia contemporânea, isso deve-se, em boa medida, a esse esquecimento. Razão pela qual Panaccio acredita ser prometedor, hoje, “uma meditação renovada da teoria do acto mental como signo natural” (Panaccio, 1999a: 305-19).

## Conclusão

Assistimos aqui a esforços no sentido de justificar dois diferentes tipos diferentes de investigação filosófica em HF. Nos termos em que se processa este debate é-se levado a concluir que a alegada disputa entre estes dois tipos de abordagem em HF não tem, pura e simplesmente, fundamento. Não, pelo menos, ao nível das suas práticas e dos seus objectivos de investigação. Ao nível de um confronto entre os seus diferentes pressupostos filosóficos (estabilidade real/fenomenológica do mundo, estabilidade do sujeito cognitivo, permanência dos problemas, etc.) o caso é já diferente. Contudo, não decorre necessariamente da assunção de uma abordagem histórico-filosófica (tal como aqui a definimos: i.e., como *reconstituição histórico-teórica* de problemas, teorias e teses) a defesa austera dos pressupostos filosóficos acima descritos. As posições de Libera, Panaccio e Engel demonstram-no, em parte. E o *Discours Intérieur*, de Panaccio, é disso um bom exemplo.

Em todo o caso, esta controvérsia não esgota, obviamente, todo o debate entre as mais diversas posições possíveis face à HF (ela circunscreve-se a *uma* controvérsia acerca de uma abordagem específica, a da tradição *analítica*), assim como os seus protagonistas não representarão todas as perspectivas que, mesmo no quadro das suas próprias posições (*vulgo*, «continental» e «analítica»), são sustentadas ou sustentáveis.

A minha conclusão não é necessária e integralmente coincidente com as perspectivas de Engel, Libera ou Panaccio. Nem se propõe, aqui, uma relação de compromisso, ou uma espécie de «conciliação de opostos» *ad hoc*. São os próprios termos em que esta controvérsia se processa que permitem inferir (a razoabilidade de) tal conclusão.

A investigação de tipo reconstitutiva não se opõe, por princípio, à abordagem de tipo reconstrutiva. Aquela apresenta-se, antes, como condição de possibilidade de uma real legitimação do trabalho de reconstrução, na medida em que atenta para os constrangimentos de fidelidade, ao determinar o significado de cada tese, argumento ou problema filosófico nos seus contextos histórico-teórico concretos de formulação. Acresce que, neste sentido, a abordagem reconstitutiva permite ainda identificar o alcance e os limites de cada tradução, contribuindo para uma determinação dos modos mais naturais (e dos mais artificiais, i.e.: dos mais descaracterizantes) pelos quais uma dada tese, problema ou argumento do passado é susceptível de ser reconstruído e traduzido. Na condição de se admitir, é claro, que *il n'est pas vrai que anything goes* (Panaccio, 1994: 179).

Por mais difícil que seja determinar, caso a caso, o cumprimento desses constrangimentos de fidelidade, bem como os diferentes graus de equilíbrio que eles deverão entreter com os constrangimentos de pertinência filosófica, não se vê outra forma de assegurar a diferença relativa entre a filosofia e a sua história sem, ao mesmo tempo, se cair em tentações reducionistas (de qualquer um dos termos dessa dicotomia ao outro) ou no puro relativismo.

Se a filosofia medieval tem as suas particularidades, o seu historiador pode encontrar também nela problemas suficientemente gerais para dialogar com os historiadores de outros períodos e, mais amplamente, com todos os filósofos interessados pelo estatuto da história da filosofia – não apenas em história, mas em filosofia *tout court* (Libera, 1999b: 482).

## References

- Collingwood, R.G. (1944), *An Autobiography*, Londres-Oxford-N.Y., Oxford Univ. Press, 1939.
- Engel, P. (1995), «La philosophie peut-elle échapper à l'histoire ?», in J. Boutier e D. Julia (ed.), *Passés Récomposés*, Paris, Éd. Autrement, pp. 96-111.
- Engel, P. (1997a), *La Dispute – une introduction à la philosophie analytique*, Paris, Minuit.
- Engel, P. (1997b), «La philosophie analytique doit-elle prendre un ‘tournant historique’?», in Vienne (1997), pp. 139-52.
- Engel, P. (1999), «Analytical Philosophy and Cognitive Norms», *The Monist*, 82/2, pp. 218-234.
- Kretzmann, N., Kenny, A., Pinborg, J. (1982) (eds.), *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy*, Cambridge (G.-B.), Cambridge Univ. Press.
- Libera, A. de (1992), «Retour à la philosophie médiévale ?», *Le Débat*, 72 [M. Gauchet (ed.), *La Philosophie qui vient*], pp. 242-260.
- Libera, A. de (1996), *La Querelle des Universaux: de Platon à la fin du Moyen Âge*, Paris, Seuil.
- Libera, A. de (1999a), *L'Art des Généralités. Théories de l'abstraction*, Paris, Aubier.
- Libera, A. de (1999b), «Le relativisme historique: théorie des ‘complexes questions-réponses’ et ‘traçabilité’», *Les études philosophiques*, 4, pp. 479-494.
- Libera, A. de (2000), «Archéologie et reconstruction. Sur la méthode en histoire de la philosophie médiévale», in *Un Siècle de la Philosophie, 1900-2000*, Paris, Gallimard-Centre Pompidou, «Folio Essais», pp. 552-587.
- Libera, A. de (2002), *La Référence Vide. Théories de la proposition*, Paris, P.U.F..
- Mulligan, K. (1997), «Sur l'histoire de l'approche analytique de l'histoire de la philosophie: de Bolzano et Brentano à Bennett et Barnes», in Vienne (1997), pp. 61-103.
- Panaccio, Cl. (1991), *Les mots, les concepts et les choses – la sémantique de Guillaume d'Occam et le nominalisme d'aujourd'hui* (Analytiques, 3), Montréal-Paris, Bellarmin-Vrin.
- Panaccio, Cl. (1994), «De la reconstruction en histoire de la philosophie», in G. Boss (1994) (ed.), *La Philosophie et son histoire*, Zurich, Editions du Grand Midi, pp. 173-95 ; e «Discussion de la Conférence de Claude Panaccio», *idem*, pp. 293-312.
- Panaccio, Cl. (1999a), *Le Discours intérieur : de Platon à Guillaume d'Ockham*, Paris, Seuil.
- Panaccio, Cl. (1999b), «La philosophie analytique et l'histoire de la philosophie», *Cahiers d'épistémologie*, 255, Cahier n° 9904, pp. 1-26.

Passmore, J. (1972), “Philosophy, Historiography of”, P. Edwards (ed.), *The Encyclopedia of Philosophy*, vol. 5.

Rorty, R. (1984), “The historiography of philosophy : four genres”, in R. Rorty, J.B. Schneewind e Q. Skinner (ed.), *Philosophy in History*, Cambridge Univ. Press, pp. 49-75.

Skinner, Q. (1969), “Meaning and understanding in the history of ideas”, *History and Theory*, 8, pp. 3-53.

Vienne, J.-M. (1997) (dir.), *Philosophie analytique et histoire de la philosophie* (Actes du colloque, Univ. de Nantes, 1991), Paris, Vrin.

---